



A NAÇÃO INVENTADA: O PENSAMENTO POLÍTICO DE ERNEST GELLNER A RESPEITO DE NAÇÕES E NACIONALISMO

Daniel Lorenzo Gemelli Scandolara¹

Resumo

O presente artigo intenta estabelecer uma breve revisão da obra teórica do filósofo e sociólogo franco-tcheco Ernest Gellner a respeito de nação e nacionalismo. Com isso, dá-se foco na relação proposta recorrentemente pelo autor de ligar o nacionalismo ao processo de industrialização, assim como nas dificuldades de Gellner em enquadrar seu modelo às diversidades mundiais do fenômeno. Com isso, o trabalho conclui que o modelo de Gellner, apesar de historicamente plausível e presente em várias ocasiões de lutas nacionalistas, acaba se autolimitando ao não apostar tanto na maneira com que os seres humanos se enxergam enquanto membros de uma comunidade.

Palavras-chave

Nação;
Nacionalismo;
Teoria;
Industrialização.

THE INVENTED NATION: ERNEST GELLNER'S POLITICAL THINKING REGARDING NATIONS AND NATIONALISM

Abstract

The present article attempts to establish a brief review of the theoretical work of Franco-Czech philosopher and sociologist Ernest Gellner regarding nation and nationalism. With this, the focus is on the relationship recurrently proposed by the author of linking nationalism to the process of industrialization, as well as on Gellner's difficulties in framing his model to the world's diversities of the phenomenon. The paper concludes that Gellner's model, although historically plausible and present in several occasions of nationalist struggles, ends up limiting itself to not betting so much on the way in which human beings see themselves as members of a community.

Keywords

*Nation;
Nationalism;
Theory;
Industrialization.*

Introdução

Ernest Gellner é um dos pensadores da majoritária escola moderna de teoria nacional, onde uma gama extensa de estudos reconhece o nacionalismo, na forma atualmente entendida, como um fenômeno surgido na modernidade. Gellner reconhece que a Revolução Francesa é um “divisor de águas” na história política: é

¹¹ Bacharel em Ciência Política pela Universidade de Brasília. Mestrando em História pela Universidade de Brasília. E-mail: danieugescan@gmail.com.

depois dela que o Estado nacional se torna uma norma política; mas, não concorda que seja ela o fenômeno que tenha dado origem às ideias de nação, nacionalismo e Estado nacional: estas são modernas, isso se sabe, mas originam-se depois, em um contexto histórico específico, no século XIX. Para explicar as mudanças políticas europeias ao longo de aproximadamente dois séculos - ou seja, para explicar a própria trajetória do nacionalismo -, Gellner propõe um modelo dicotômico de grandes blocos sociais onde o pilar de análise é o papel da cultura e da estrutura política: as sociedades agro-letrada² e industrial avançada³. São esses dois padrões distintos de relação entre cultura e poder, cada qual enraizado em bases econômicas próprias. Há, entre elas, um período de transição de cinco estágios, no qual surge o nacionalismo, aliado ao advento da industrialização.

Necessário saber-se que essas sociedades, aqui alinhadas a uma linha temporal histórica, podem ser também entendidas como padrões de comportamento político-culturalis que não foram necessariamente extintos apenas pelo fato de o molde industrial avançado ter triunfado. Mesmo na atualidade, por exemplo, onde os países amplamente se enquadram à lógica do industrialismo avançado é possível que existam sociedades, inclusive dentro desses países, mais alinhadas à natureza do primeiro bloco, mas amplamente deslegitimadas⁴. Isso nos mostra, também, que Gellner não vê essa transição como uma “virada de página”; isto é, que o primeiro estágio da transição signifique que a sociedade agro-letrada não mais existe ou que o último estágio signifique que a sociedade industrial avançada só comece a “funcionar” a partir do fim deste. Na verdade, as mudanças sociais se comportam de maneira fluida e não-abrupta, de modo gradual, mas igualmente desigual e esparso. A “passagem” (se é que se pode apontar um momento particular absolutamente claro de passagem) é um processo sensível.

Tendo isso em vista, podemos pontuar, brevemente, a essência dessas sociedades e o processo de mudança político residente entre elas. Com isso trazemos, numa mesma explicação, a eclosão do nacionalismo, seu papel e seu contexto político (que variou ao longo da Europa).

A sociedade agro-letrada é baseada na agricultura; isto é, tem foco na produção e na armazenagem de alimentos. Há nela tecnologia, a qual é, inclusive, bastante estável, de modo a ser pouco propensa a mudanças. Não se excluem inovações

² Gellner, ao longo de seus trabalhos, não nomeia essa sociedade da mesma forma: sua rotulação varia entre simplesmente “agrária”, “tradicional” “agro-letrada”. Opto por usar a terceira nomeação por julgar que esta revela de modo mais completo, a priori, a natureza dessa sociedade e por ser a última nomenclatura que o autor usou em vida.

³ Em “*Nations and Nationalism*” (1983, p. 04) Gellner também menciona uma sociedade pré-agrária, anterior às duas. Essa, contudo, não tem muita importância dentro do contexto de análise do papel da cultura, central dentro do entendimento de nacionalismo para Gellner, e pode por isso ser omitida.

⁴ CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. *O Nacionalismo: Variações acerca de um velho tema; em debate com Ernest Gellner*. Gellner na UnB: conferências, comentários e debates de um simpósio internacional realizado de 17 a 20 de março de 1980. Brasília, Ed. UnB, 1981, p. 98.

tecnológicas; todavia, quando estas ocorrem são acidentais: não fazem parte de um processo contínuo de descoberta e inovação e, tampouco, revolucionam a estrutura tecnológica prévia. A falta de instabilidade tecnológica no trabalho contribui para gerações se engessem exercendo os mesmos ofícios⁵. Nessa sociedade, a ordem social é justificada pela natureza, de modo que a relação entre homem e ela é estável: ela não é entendida como algo explorável, facilmente compreensível. Por esse motivo, a ideia de progressivamente dominá-la, sob o pretexto de aprimorar-se a condição humana, não se aplica. Essa sociedade é basicamente malthusiana: o abastecimento de alimentos se dá de forma inelástica, a produção não é incentivada e provê um número de alimentos limitado, e os armazéns são controlados pelos de *status* mais elevado. O contingente populacional, todavia, é crescente: a prole vasta é valorizada porque o trabalho é físico. Isso leva com que alguns passem fome - os mais abaixo na hierarquia social - para que outros comam - evidentemente, os no alto hierárquico.

Temos, portanto, uma sociedade com um senso de hierarquia e valorização de *status* sempre presentes, onde as posições hierárquicas mais altas estão condicionadas ao *status*, que é definido culturalmente. O poder está ligado ao *status* e, desse modo, possuí-lo é a grande lógica imperante socialmente. Ligados aos *status*, postos sociais, são, portanto, igualmente definidos pelas diferenças culturais (os de cultura “superior” ocupam os melhores) e são brutalmente engessados. É absurdamente rara a ideia de mobilidade social: ocupar um posto significa, quase sempre, permanentemente nele permanecer, não há flexibilidade; os homens são “moradores” de sua posição e não “ocupantes” dela. Ademais, é uma sociedade de coerção - mas também de consentimento ideológico -, o qual vem aliado à hierarquia: há uma clara relação de dominados e dominadores. Notemos que nessa sociedade destaca-se a ideia de nobreza, que é, para Gellner, uma combinação entre vocação militar e *status* elevado.

Aqui, portanto, a ideia de Estado existe, mas ele é uma opção política, e não uma regra. Todavia, é ele uma ideia bastante popular e varia em sua natureza política, sendo que, ao longo da história, “*alguns desses Estados foram fortes e outros fracos, alguns foram despóticos e outros cumpridores de leis*” (Gellner, 1983, p. 05). De todo modo, mesmo variável, durante o período histórico que regeu a sociedade agro-letrada, o modelo de unidade política mais comum foi a monarquia (Gellner, 1997). Nesse sentido, essa sociedade é mais ou menos fadada a um espírito clericalista-militar e a um sistema político baseado em estruturas de poder e na ideologia religiosa. Ademais, as unidades políticas, nela, podem ser menores ou maiores do que as unidades culturais.

Há alfabetização nessa sociedade, mas esse é um processo próprio para os melhores colocados na hierarquia. A posse da escrita, logicamente também destinada aos mais elevados, ademais, é outro fator que tende a aumentar a diferenciação de *status* culturalmente definida, a severizar uma distância já grande. A posse da escrita

⁵ GELLNER, Ernest. *Nacionalismo e Democracia*. Tradução de Vamireh Chacon e outros. Brasília, Ed. UnB, 1981, p. 76.

vai ainda mais além: ela é um fator definidor da chamada “cultura superior”, que aqui é propriamente concentrada nas elites hierárquicas.

Nesse sentido, a sociedade agro-letrada é culturalmente cindida entre duas formas de cultura, uma de tipo “superior” e outra “inferior”⁶ (em termos sociológicos, não valorativos). Temos assim uma sociedade onde não há uma cultura social ampla, mas sim dois blocos culturais em constante tensão e provável conflito, residindo uma desigualdade brutal entre eles. Como adiantado, a cultura de tipo superior localiza-se, aqui, no círculo dos membros altamente colocados na hierarquia: provém de um processo prolongado de alfabetização, ministrado por especialistas comprometidos com a perduração das normas superiores. É a cultura que existe, portanto, por meio do ensino formal, transmitida por meio dos textos, pelo uso da escrita. A não disseminação da escrita é e não é fruto das circunstâncias: se por um lado confere mais *status* e fortalece a divisão; por outro, a própria sociedade não tem condições e incentivos para disseminá-la e torná-la universal. De modo resumido, podemos definir uma cultura superior como “um sistema de ideias ordeiro e padronizado, servido e imposto por um grupo de letrados com ajuda da escrita” (Gellner, 1997, p. 116). Noutro polo, temos a chamada cultura “inferior”, propriamente comungada pela base da hierarquia. Aqui não há alfabetização, e, portanto, não se pode esperar que a cultura seja amparada em educação formal, transmitida por escrita, e perdurada por textos. Essa é a cultura do dia a dia, a “da prática”, passada pela interação cotidiana de costumes entre as pessoas, de modo informal; fato que não requer uma normatização ou registros em textos. Seus símbolos e ideias provêm ao longo do viver. Por sua natureza, tende a ser bastante flexível e mutável, diferentemente da superior. O ambiente social cindido pode também se manifestar na língua: já é muito provável que, nesta sociedade, os camponeses falem uma língua distinta da elite dominante, dos burocratas, dos burgueses, dos aristocratas no poder⁷.

A ideia de nação existe na sociedade agro-letrada, mas está longe de seu sentido moderno, e é um termo raríssimo de ser usado (para não dizer que inexistiu). Quando usado, o termo é atribuído a um “conjunto corporativo frouxo”, que, em outras palavras, quer dizer uma aristocracia pertencente a um determinado território e politicamente emancipada, um conjunto daqueles que têm um compromisso em participar da política (Gellner, 1997, p, 114). Ou seja, aqui, “nação” não se vincula à percepção de ser um equivalente a todos os que participam de uma cultura determinada, um lar de uma gama de membros de uma cultura. De fato, ela é,

⁶ Gellner fala em sentidos e não, necessariamente, em corpos coesos. Isso se aplica especialmente ao caso “inferior”: é possível que ela possua várias culturas diferentes, dialetos, por aí vai. Sua definição como um grande bloco cultural não é a atribuição de falta de idiossincrasias, mas sim que todas as idiossincrasias, se existirem, comungam de um conjunto de práticas e entendimentos que são tipicamente “inferiores” (GELLNER, 1997).

⁷. Exemplos disto, de acordo com o autor, podemos enxergar na Rússia oitocentista, onde a camada superior da sociedade usava pesadamente o francês, diferenciando-se do resto da população; ou como no caso italiano às épocas do *Risorgimento*, em 1861 especificamente, onde aproximadamente apenas 2,5% da população falava um italiano “correto”, como mostrou Hobsbawm (2013 [1990]).

simplesmente, um termo que revela uma categoria política, longe de ser cultural ou referente a pessoas⁸. Ademais, quer-se dizer com isto que existem aqui, destarte, unidades e grupos políticos complexos, assim como uma diversidade cultural vasta, mas nenhum destes dois conjuntos de vínculos possui uma ligação, uma relação, entre si que seja importante. No mais, tudo isso nos mostra que essa sociedade não é propensa ao nacionalismo, na verdade, tende mais a repeli-lo.

Esses fatores nos permitem concluir que no “mundo agro-letrado” a homogeneidade cultural é raríssima - quase nula - e que quando existe tem pouca ou nenhuma função. Na verdade, qualquer tentativa de provoca-la é barrada: uma sociedade culturalmente fraturada é mais vantajosa aos governantes, a concentração de pessoas em nichos inibe a formação de lealdades e identidades extensas. A lógica do “dividir para dominar” é bem mais atrativa e pouco importa a cultura da gente, e sim seus impostos (Gellner, 1997). Com isso, podemos concluir que neste tipo de sociedade a cultura comum raramente é uma base plausível para a formação de unidades políticas⁹. Temos, na verdade, uma sociedade onde a cultura internamente mais divide que congrega e que, tampouco, define os limites sociais como um todo. Isso é completamente diferente do modelo industrial vindouro: lá, a cultura é homogênea, agrega os seres e define os limites sociais e o do próprio Estado. De modo prático, no mundo pré-industrial, padrões muito complexos de cultura e poder se entrelaçaram, mas não convergiram de modo a formar fronteiras político-nacionais (Gellner, 1997, p. 152).

De todo modo, não se pode rejeitar que é na época da sociedade agro-letrada que eclodem acontecimentos que pavimentam o terreno para o nacionalismo, ao prepararem ou induzirem a passagem para o mundo industrial, de onde o nacionalismo deriva: são eles a centralização burocrática das monarquias e o universalismo e institucionalismo religiosos, sobretudo ancorado na Reforma Protestante. O primeiro deles deriva da transformação das estruturas político-sociais europeias, que, *grosso modo*, passam de uma ordem feudal para uma “absolutista”. Tal consolidação do modelo absolutista, destarte, traz consigo o uso administrativo disseminado da escrita, o qual já começa a gerar um vínculo entre uma sociedade centralizada e uma cultura superior letrada, normativa e codificada, vínculo tal que se aproxima do caráter que o nacionalismo predicará no século XVIII. A Reforma (e também talvez o Renascimento - qual, todavia, Gellner não tem certeza se teve ou não influência em menor grau) traz uma série de consequências que parecem remeter ao perfil social do nacionalismo, o qual tem certa afinidade com a defesa dos protestantes das línguas vernáculas e a difusão da alfabetização, além da possibilidade de contato direto, em uma língua

⁸ Um exemplo bastante ilustrativo disso está no caso polonês: em certa época, a “nação polonesa” significava a coletividade da aristocracia emancipada da república polonesa, que incluía, portanto, pessoas que falavam ucraniano, mas não incluía, todavia, os camponeses de ascendência e língua polonesas (GELLNER, 1997, p. 114).

⁹ Uma boa percepção contrária, reconhecida pelo próprio Gellner, a tal conclusão está no importante estudo de A.D Smith - conhecido membro da corrente “primordialista” dos estudos sobre nacionalismo - “*The Ethnic Origin of Nations*” (1986).

inteligível, do fiel com as Escrituras Sagradas. O ideal de “uma cultura, um Estado”, característico do nacionalismo, familiariza-se, por sua vez, com as conquistas referentes à criação de cleros nacionais (e não mais internacionais) e à disseminação da condição do letrado por toda a sociedade (Gellner, 1997, p. 143).

O mundo atual é está inserido na lógica da sociedade industrial avançada. Ela, em seus aspectos gerais é diferente da agro-letrada, especialmente em relação do papel da cultura. Aqui, o nacionalismo, que surge durante um processo de transição adequado à industrialização, não tem mais o mesmo papel que teve no início desse processo. Todavia, ela é uma sociedade de cultura superior homogênea, de Estados nacionais, onde cada um desses deve ser o aparato político para resguardar e perpetuar uma cultura superior perpetrada por desconhecidos, considerada como “nação”. É a sociedade da “vitória” da cultura superior. Sua organização em Estados-nação é consequência da lógica irredentista de “uma cultura, um Estado”, e com isso as fronteiras político-sociais são bem-delimitadas e as posições internamente são intencionalmente flexíveis e móveis. Não há mais tecnologia demais estável, aqui a base econômica se baseia em um processo de inovação contínuo e em um crescimento não delimitado da produção. O crescimento econômico constante e contínuo e o senso de nacionalidade são o que legitima a ordem social, e não mais a natureza, esta tal que aqui já é vista como manipulável. As condições avançadas de industrialização autorizam um nível de prosperidade na produção que supera o crescimento demográfico, o que faz com que essa sociedade não mais seja malthusiana: há fome em algumas localidades, mas isso não quer dizer que essa seja uma necessidade (Gellner, 1981, p. 28).

Em razão de fatores técnico-meritocráticos e burocrático-estruturais¹⁰ derivados do crescimento econômico, o qual traz consigo a inovação e a transformação perpétua e contínua da estrutura ocupacional, as posições sociais e de trabalho são flexíveis e móveis. É necessário frisar que o crescimento econômico aí está justamente porque o processo de industrialização está avançado. Todas essas novas condições fazem, portanto, com que essa sociedade tenda mais ao igualitarismo (tanto no sentido econômico quanto no civil) e à igualdade crescente, o pleno inverso da sua antecessora. As desigualdades não são excluídas - podem até ser enormes materialmente falando -, mas existe um nível de prosperidade, pelo menos, mínima espalhada, que faz com que o trauma psicológico na comparação com o “muito rico” seja muito menor, assim como o ressentimento. Ademais, no caso de desigualdade material, ela não é tão fortemente intransponível, como era na sociedade anterior. O mais importante nesse raciocínio: a cultura, as diferenças culturais aliadas a *status*, não mais é critério para definir a posição - pode, no máximo, talvez, delinear-la -, por ser padronizada e homogeneizada, o que dá espaço para novos critérios definidores de posições, portanto.

Contribuindo para a realidade social não mais essencialmente malthusiana, temos o fato de o trabalho físico ser muito pouco valorizado, e as proles vastas

¹⁰ Estruturas burocráticas são instáveis por natureza, segundo Gellner. O autor comunga da premissa que instabilidade de cargos se atrela à alta eficiência. Para mais nesse sentido, ver Gellner, 1997, p. 117-8.

perderem seu sentido. Vale mais a especialização, a qualidade do que a quantidade, e o ser humano utilizável é aquele educado. O trabalho é técnico, longe da atividade agrária, e, mais ainda: em seu proceder, deve lidar com um conjunto de símbolos específicos em uso, ou seja, uma comunicação que deve ser livre de significados e contextos idiossincráticos, trazendo mensagens inalteráveis e padronizadas para toda a sociedade, já que é que o meio se dá entre desconhecidos. Cada mensagem trocada entre uma gama de interlocutores desconhecidos tem um sentido cultural prévio definido que não sofre influência do contexto ou da particularidade cultural, que antigamente, na língua popular, afetavam o sentido das mensagens¹¹. Esse “bloqueio” resulta no apagamento dessas antigas condicionantes, em últimos termos. Nesse sentido, é que o trabalho pode ser chamado de “semântico” (Gellner, 1997, p. 115). Isso significa, noutras palavras, o uso de linguagem cultural definida, que vem atrelada à uma língua também definida. Por isso, a cultura se torna de total importância nesse novo contexto e, tendo em conta que as posições são móveis dentro do mundo do trabalho, as pessoas precisam estar sempre prontas para ocupar novas posições, qualidade que vem através de sua educação (Gellner, 1981).

Notemos, então, que nada disso seria possível sem um sistema de educação universal completamente fulcral para a lógica do sistema, que funciona quase que completamente. É ele quem condiciona essa comunicação, a qual, por sua vez, condiciona o trabalho. A educação, que pode ser perfeitamente entendida como uma forma de produção de indivíduos, molda a massa nos valores da cultura superior, dita “nacional”. O intuito é que os indivíduos saiam “culturalmente aptos” da escola, aptos a captar os elementos de sentido, que saiam de lá como seres de cultura. Essa cultura está intimamente ligada à uma língua, vale frisar. Nesse sentido, “não é a língua materna que importa, mas a língua do jardim de infância (Gellner, 1981, p. 77)¹². Assim, é a educação universal que pavimenta todo um solo cultural homogêneo que permite a execução de outras ferramentas, e aqueles seres que não conseguem se inserir nesse padrão cultural social não são muito bem aceitos socialmente.

Notamos, portanto, que o corpo social precisa ser de cultura superior padronizada para funcionar, e o fato dela ter essa natureza, leva a um quadro social em que acessar essa cultura e ser aceito dentro dela torna-se o mais importante para a pessoa, pois isso significa ter acesso ao emprego, à cidadania legal e moral e a todos os tipos de participação social. Assim, nesse sentido, o indivíduo da sociedade industrial avançada é, *grosso modo*, um nacionalista, por se identificar com uma cultura superior

¹¹ Noutras palavras, o tom, a identidade, a localização do falante, o momento ou o contexto do enunciado, que eram antigamente, na língua popular real, formas, elementos fonéticos, que contribuíam para determinar o sentido da mensagem não mais o logram fazer. Podemos perceber, também, que isso afeta as relações de *status*, de tal maneira que ele perde capacidade de influenciar o sentido da mensagem e, tampouco, de ser reforçado por ela. O *status*, portanto, fica engessado.

¹² Nesse sentido, o nacionalismo pode atuar com uma dupla face: se como princípio empurra a educação a moldar os seres numa língua específica, pode depois, quando os idiomas de parentesco estiverem muito menos importância para compor identidades, reaviva-los como reação à política do Estado-nação. É por isso que Gellner acredita que não se pode levar a retórica do nacionalismo muito a sério, ela é cambiável facilmente (Gellner, 1981).

e desejar pertencer a uma unidade política onde funcionam várias burocracias que usam essa mesma linguagem cultural, ou, quando isso não existe, por esperar que as fronteiras ou sua própria localização mudem, para que passe a ser assim.

O principal encarregado de garantir esse processo de educação universal - noutras palavras, a própria homogeneidade cultural - é o Estado. Aqui vemos, portanto, a unidade política tipicamente imperante no modelo de sociedade industrial avançada, o Estado-nação: um conceito formado dentro de um contexto histórico de luta nacionalista irredentista do século XIX e que se torna norma política. Ele, aqui, mantém os mecanismos para a homogeneidade cultural e se compromete a ser seu protetor; ou seja, da própria nação. Nessa nova ordem, as culturas requerem Estados protetores, uma vez que o grau de competição internacional por áreas é severo, e nações sem seus Estados correm risco de serem aglutinadas por outras que o tenham. Nas palavras de Gellner, nessa ordem, “as culturas vivem em competição” (Gellner, 1997, p. 119). O Estado-nação é, portanto, na sociedade industrial avançada, a cristalização total da ideia de que o Estado deve ser um lar para uma cultura superior homogênea, a nação, com fronteiras bem definidas e mobilidade interna. Política e Estado estão intimamente ligados à cultura, e não a uma fé ou dinastia, como costumava ocorrer. No ponto de vista desse Estado, especialmente, garantir o crescimento econômico contínuo e a proteção da cultura social são seus dois grandes pilares legitimadores. Ademais, a própria unidade política de Estado, que geralmente é democrática, é uma regra da sociedade industrial avançada e, como veremos, é necessário que esse exista para que o nacionalismo possa surgir (Gellner, 1983).

Temos, portanto, uma sociedade onde as regras formais que regem o seu funcionamento, e que são vigentes tanto no trabalho quanto na política, exigem que seus membros possuam uma mesma cultura. Se as regras na sociedade anterior serviam para “proteger” o abismo, aqui elas servem para forçar uma coesão, uma homogeneidade cultural. Uma homogeneidade cultural baseada numa cultura de tipo superior, padronizada e disciplinada. A cultura superior homogênea, desse modo, muda de papel e se torna a grande base social: ela une, congrega e padroniza. A necessidade de somente uma cultura, devidamente nomeada como nacional, não permite mais sociedades culturalmente fraturadas entre duas grandes culturas ou com vários nichos culturais. Porém, uma vez que a cultura nacional, devidamente homogênea e superior, está completamente consolidada e internalizada nas mentes como “a” cultura do Estado nacional, num industrialismo bastante avançado, permitem-se manifestações culturais, nacionais, de certas comunidades em seu ambiente privado ou em espaços delimitados e controlados. A sociedade industrial avançada, nesse sentido mais evoluído, permite certo pluralismo, mas apenas em condições específicas.

Contudo, é necessário saber como e porque as culturas assim se tornam, processo que está intimamente ligado ao nacionalismo - o grande criador da ideia de nação -, o qual deriva dos primórdios da industrialização, que, por sua vez, apresenta condições especialmente propícias para sua eclosão e fortalecimento. Todo esse processo se identifica num período transicional entre esses dois grandes modelos de

sociedade, que transparece as mudanças étnico-políticas europeias ao longo de pouco mais de duzentos anos. Mas, de modo mais profundo, esses estágios simbolizam a evolução do nacionalismo ao longo desse período: do seu surgimento ao papel que tem atualmente, nas sociedades de industrialismo avançado.

Assim sendo, o momento de transição entre as duas sociedades é delimitado por Gellner em cinco estágios. Esses são os estágios de passagem, em outras palavras, de um mundo de impérios e microunidades não étnicos para outro, de Estados nacionais homogêneos. Sobretudo, todavia, esses estágios se referem às mudanças de papel, feição, e destaque do nacionalismo ao longo de dois séculos. Podemos fazer algumas considerações a respeito de cada um desses estágios, como componentes de um processo geral de transição de ordens sociais.

O primeiro deles é o que o autor chama de “Linha Basal”. Aqui temos o estágio mais primitivo do processo transicional, e sua maior importância dentro de uma discussão acerca de nacionalismo está no fato de que nesse estágio histórico a ideia de etnia está muito pouco visível, quase totalmente não existindo qualquer ligação sua com a ideia de legitimidade política. Ele é fruto de uma série de mudanças político-econômicas, ocorridas por mais de um milênio, que posteriormente levam o mundo europeu inevitavelmente à modernidade¹³. Ilustra mostrar que este mundo, portanto, faceando a Revolução Francesa já era pesadamente distinto do corpo de unidades da sociedade agro-letrada. Todavia, essa gama de acontecimentos - nem mesmo a própria Revolução - não altera o conceito político-administrativo amplamente reinante de regência dinástica, de modo que a determinação de unidades políticas e de suas fronteiras seguiu sendo regida por esse conceito. Porém, ironicamente, foram os próprios monarcas (especialmente os “esclarecidos”) a darem o pontapé inicial para o processo de modernização no século XVIII (Gellner, 1997).

As chamadas “teorias de governo”, que acompanharam, previram e ratificaram diversas mudanças políticas ocorridas no século XVIII e XIX não levantaram a questão da nação: se preocuparam apenas quanto ao exercício da política, ou seja, quem governaria e quais os seus princípios. Categorizaram que as unidades políticas deveriam ser democráticas, mas nunca responderam quais os limites ou a natureza dessa unidade a ser provida de governo. A resposta para isso, que seria justamente a nação, ocorre historicamente, no decorrer do século XIX, pelas mãos do nacionalismo.

Gellner divide a eclosão do nacionalismo e seu sucesso em larga escala em dois estágios: o “Irredentismo” (ou “Era do Nacionalismo”) e o “Irredentismo Triunfal e Autodestrutivo”. Em sua escala, seriam equivalentes ao segundo e terceiro estágios do período de transição, mas, na prática, funcionam melhor se entendidos unidos - já que o terceiro é apenas a realização dos planos do segundo em um contexto político mais favorável (que não existiu anteriormente) -; ou seja, como um grande estágio do irredentismo nacionalista.

¹³ Exemplos desses ocorridos provocadores de mudanças Gellner (1997, p. 121-2) fornece aos montes: a Reforma Protestante, a fragmentação feudal e a centralização das sociedades, a burocratização do aparato estatal, a intensa urbanização, a revolução científica, a alfabetização (e seu uso para fins seculares), dentre tantos outros que se seguem.

De todo modo, é oficialmente nesse segundo estágio que o nacionalismo surge, enquanto um conceito que irá se pautar pela busca de união entre o Estado e a nação, outro conceito que ele mesmo irá criar. Dentro de um recorte temporal definido por eclosões nacionalistas nesse sentido, esse segundo estágio dura cerca de cem anos, surgindo em 1815 (junto com o mundo moderno) e indo até fim da Grande Guerra, onde se funda uma nova ordem que permite a eclosão de diversos Estados nacionais ancorados na retórica nacionalista fundamentada no irredentismo, que não conseguira ser bem-sucedida em larga escala anteriormente.

Neste sentido, nesse período surgem diversos movimentos nacionalistas que vinham para derrubar a lógica da antiga ordem, de matizes culturais infinitas e diversas, e advogavam da necessidade de “uma cultura, um Estado”: existiam nações longamente adormecidas e que estavam despertando, que precisavam de um Estado para lhes proteger dada a virulência da competição territorial entre as unidades políticas existentes. Não se toleram, portanto, sociedades multiculturais, pluralistas e fracionadas: a nova ordem deve se pautar na homogeneidade cultural intraestatal. Surge, assim, o conceito de Estado-nação, portanto. Essas “nações”, evidentemente, não possuíam seu Estado - estavam dentro de unidades políticas prévias - e não eram levadas em conta em relação à determinação de fronteiras. Geograficamente, a zona onde esse fenômeno foi mais visível foi nomeada “terceira zona temporal”, a área que até a Grande Guerra era fatiada pelos impérios Otomano, Austro-Húngaro e Russo; multiculturais, multiétnicos, pluralistas.

Esse “despertar”, de intuito contra-assimilatório, não passava de um fingimento: os líderes desses movimentos estavam “fabricando” as nações, que não existiam imemorialmente. A participação desses “agentes do despertar” - ou seja, educadores, ativistas, propagandistas, que não necessariamente pertencem à cultura pela qual legislam e que agem de modo autônomo¹⁴ - foi essencial, pois se ocuparam de adotar uma cultura popular local - mas que, por ser de tipo inferior, precisava ser padronizada e normatizada - e liderar a agitação. Para isso, foi preciso de um extenso processo etnográfico anterior, de conhecimento e estudo profundos da cultura em questão, para então normatizá-la e torna-la retoricamente apta. A retórica desses agentes se alia com como identificam a natureza da daquela nação “a despertar”; isto é, se aquela nação é “histórica”, a qual já teve um Estado próprio e requer, por isso, seu renascimento; ou “não-histórica”, que jamais teve seu Estado, tendo que criar sua unidade política em parâmetros apenas culturais, sem auxílio da história (Gellner, 1997, p. 138). Na prática, o fato da nação ser ou não-histórica não é realmente uma barreira intransponível para a pretensão nacionalista, ajuda apenas no conteúdo do mito nacional: se histórica, ela pode se ancorar e exaltar glórias passadas, como uma façanha em batalha, por exemplo. Assim sendo, a depender de como identificam essa natureza nacional, os “agentes do despertar” se comprometem a lembrar das glórias passadas ou

¹⁴ Ou, se estiverem organizados, orientados por organizações não apoiadas pelas autoridades políticas existentes, já que eles ainda não dispõem de um Estado que os ajude a cumprir com seus compromissos (GELLNER, 1997, p. 138).

a autoconscientizar a nação em relação à sua existência cultural, sem o auxílio legitimador de uma história política prévia. Nesse sentido, podemos igualmente notar que os nacionalistas, dentro de todo o processo de construção, criam a memória e a consciência nacionais.

Assim sendo, como algo minimamente superior, essas culturas puderam ser “vendidas” como, na verdade, “nacionais”, e as massas conscientizadas nesse sentido. Essencialmente, essa é a relação teórica entre nação e nacionalismo para Gellner: a nação é criada pelo nacionalismo, pelas mãos de “agentes do despertar”, um movimento consciente de transformação de uma cultura inferior em uma superior padronizada e normativa, previamente etnografada e possível de ser adotada e protegida por um Estado, que, quando conquistado, a transmite por meio da educação universal. Todo esse processo de engenharia, culminando na conquista estatal, o que Gellner chama de “construção nacional”, o qual foi principalmente presente na terceira zona.

Assim sendo, a nação simboliza um grande conjunto de desconhecidos, de indivíduos anônimos, que professam de uma cultura superior que a define. Um contingente humano consciente de si e culturalmente definido. Esse tipo de percepção jamais havia existido até a modernidade (Gellner, 1997). O nacionalismo é esse princípio político incansável de buscar a união entre um Estado e uma nação, e por isso esforça-se em manter toda essa engenharia social (Gellner, 1983). A frase célebre de Gellner, nesse sentido, não deixa de ser perfeitamente ilustrativa: “o nacionalismo não é o despertar das nações à autoconsciência: ele inventa nações onde elas não existem” (Gellner, 1965, p. 177). Assim há toda uma artificialidade gritante no ar: não há “despertar” algum como falado pelos “agentes”, não há imemorialidade e tampouco a nação estava “dormindo”; o que há é fabricação e invenção. O que existia era apenas uma cultura popular desregulada sem vinculações políticas, que serviu de base para uma apropriação. As nações - e até o próprio Estado - são, para Gellner, contingências históricas, nunca chegaram a ser algo que sempre existiu, um atributo inerente da humanidade ou uma necessidade universal, como o nacionalismo crê e como, na atualidade, se parece vincular (Gellner, 1983). O ponto de Gellner está em perceber, portanto, que o nacionalismo é uma espécie de mito, não somente por advogar uma ideia de perenidade, imemorialidade e “despertar” não-naturais, mas também por ser um conceito político que determina a uma realidade vindoura que não é necessariamente determinada e inevitável. É o nacionalismo, então, para Gellner, um dos dois grandes mitos dos séculos XIX e XX, juntamente, com o marxismo¹⁵.

Porém, seja na teoria e seja na realidade, o projeto do nacionalismo só pode dar certo em condições especiais: quando as diferenças classistas e culturais se mesclam. Essa condição não era plenamente existente no período dos irredentistas, apesar de um processo de desigualdade patente trazido pelos primórdios da industrialização, e os

¹⁵ GELLNER, Ernest. *O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe*, 1997. Um mapa da questão nacional. Organização: Gopal Balakrishnan; introdução: Benedict Anderson; Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 152.

nacionalistas não conseguiram realizar seu projeto “redentor” das nações em larga escala, apesar de terem provocado bastante agitação¹⁶. Os impérios no leste sobrevivem à primeira fase do irredentismo.

Nesse sentido, notemos, que a condição que permite a consecução objetivo nacionalista é a industrialização, e não só isso, ela gera o próprio nacionalismo. O processo de industrialização, quando avançado, é o grande responsável por arrefecer o nacionalismo, mas, ironicamente, ele tem também sua parcela de contribuição para a eclosão do nacionalismo: seu estágio primitivo - ou seja, quando ele está em seus primórdios - fornece a raiz do surgimento do fenômeno e as condições para seu fortalecimento, por ser extremamente desigual e propenso à tensões. Falamos na desigualdade cultural e econômica como fator primário para a possibilidade de ação dos nacionalistas e consecução de seu projeto, pois bem; é o industrialismo primitivo que permite esse contexto desigual.

Nos primórdios do industrialismo, a natureza do trabalho muda de feição - feição típica, tal como sabemos, da posterior sociedade industrial avançada, que já se encontra em incipiente desenvolvimento -: se antes ele era físico, aqui ele passa a ser “semântico”. O nacionalismo surge com essa mudança, pois essa torna a cultura comum algo importante. Tendo em vista essa existência, ele só se fortalece pela própria desigualdade inicial inerente ao processo de acesso ao mundo do trabalho semântico, propenso a tensões, que vem com o industrialismo primitivo, mas que já disparou as diferenças entre o campo e a cidade: os migrantes do meio rural¹⁷ que ingressam nos primórdios da industrialização urbana sofrem com a pobreza, a pauperização, a má habitação e a exploração, podendo apenas oferecer a sua mão de obra a um preço não ideal. Temos um contexto, portanto, de distâncias econômicas brutais, que despertam um ódio entre classes, já que a comparação é inevitável: os paupérrimos, explorados, contra os exploradores ou, simplesmente, os que já estavam previamente culturalmente incorporados detêm os meios de produção. Mas esse ódio entre classes, as diferenças econômicas, não produzem mudanças ou transformações nas fronteiras políticas por si só: é necessária uma “alavanca étnica”, para usarmos a expressão de Gellner.

As pessoas, diante da desigualdade, veem como interessante a ideia de organizar sua própria unidade cultural estatal, que possibilita a ação dos nacionalistas. Mas para que achem isso, todavia, é essencial que previamente tenham notado alguma diferença cultural de si mesmas em relação aos exploradores ou mais abastados¹⁸. Há um forte

¹⁶ De fato, as agitações surtiram efeito em poucas regiões, mas, ainda assim, não se pode deixar de frisar conquistas significativas ocorridas sob a égide irredentista nesse primeiro momento (mesmo que com um discurso diferente (sem base na cultura camponesa) dos nacionalistas da terceira zona). Estamos a falar, portanto, do caso alemão e italiano (GELLNER, 1997).

¹⁷ Gellner até admite que haja casos dos trabalhadores não serem desenraizados do campo e o nacionalismo aflorar nesse meio, mas não considera que desestremem sua teoria, por serem mínimos (GELLNER, 1965, p. 168).

¹⁸ Esse processo é detalhado em *Thought and Change* (1965, p. 167-8): os recém-inseridos trabalhadores no mundo industrial primitivo são paupérrimos pelas condições econômicas desiguais, mas se suas manifestações culturais (linguística, religiosa, dentre outras) ou tom de

ressentimento, portanto, não só pela situação econômica, mas por se sentirem desdenhadas, por parte de seus antagonistas, por motivos culturais. Esse é o empurrão que o ódio de classe precisa para dar resultado. Aí, sim, entram os “agentes do despertar” que, aproveitando-se desse contexto econômico-cultural desigual, incitam o nacionalismo separatista, nomeando as diferenças culturais, catalisadoras essenciais, como nacionais. Plantam, assim, uma consciência nacional criada na mente do povo, falam em despertar da nação imemorial. Nesse sentido, portanto, que Gellner afirma que o nacionalismo tende a possuir duas bases: o proletariado e a inteligência¹⁹. Nenhuma revolução de classe ou nacional ocorreu sem que as diferenças de classe e culturais convergissem: esses dois conjuntos separadamente não provocam mudanças de fronteiras políticas (Gellner, 1997, p. 152). Nacionalismo e classes não são dois atores históricos autônomos e independentes sem vínculos profundos entre si, que apenas se relacionam periodicamente²⁰. A história tampouco, nesse sentido, pode ser reduzida a uma luta de classes. O fato é que, no que concerne ao nacionalismo, sem as diferenças de classe, sem o cunho econômico, a pretensão dos nacionalistas tem sua expressão política esvaziada, o que significa que não há razão para reificar as nações.

Notemos, portanto, que esse contexto econômico extremamente desigual é absolutamente propenso ao projeto nacionalista, o que explica sua força no período. Como o processo de semantização inicial está inicialmente ligado a condições de desigualdade e disparidade sociais e econômicas, entende-se porque o nacionalismo é mais intenso em seu início. Mas à medida que esse processo vai se desenvolvendo, e a industrialização avança, o nacionalismo não se fortalece junto: quando a semantização está em seu auge, o nacionalismo perdeu grande parte de sua intensidade.

Podemos, então, analisar, de modo esquemático, o processo de advento e consolidação do nacionalismo: a industrialização, quando primitiva, é severa nas desigualdades, em especial no acesso ao trabalho, que muda de feição e cria o nacionalismo. O aumento da urbanização sofre com a desigualdade, as pessoas ficam suscetíveis ao discurso nacionalista, e os nacionalistas podem atuar. Com isso, com a conquista do Estado, um novo território definido; novas elites se estabelecem no poder - os próprios líderes dos movimentos nacionais - e o Estado nacional deve consolidar a cultura superior, nacional e artificial, por meio de uma educação universal, transformando os seres humanos em seres de cultura aptos para um mundo de trabalho semântico que se comunica a partir de um código cultural definido e inflexível quando em contato com as idiossincrasias de contexto e culturais regionais. Vale lembrar que a cultura nacional é baseada numa só língua, a língua da cultura inferior local apropriada durante o processo de “construção nacional”. Além disso, podemos perceber que apesar de não vinculá-lo a uma necessidade étnica irreduzível, o nacionalismo

pele não são extremamente visíveis, tendem a ser incorporados culturalmente sem muito problema. Caso contrário, passam a ser desrespeitados e excluídos por parte dos privilegiados e se recolhem ao nacionalismo.

¹⁹ GELLNER, Ernest. *Thought and Change*. The University of Chicago Press, Chicago, 1965, p. 168.

²⁰ Tal como uma grande gama de estudos, de orientação marxista em essência, enfatiza. A respeito dessa tese se destaca a de Miroslav Hroch (1985), criticada por Gellner.

gellneriano tem um forte vínculo com a etnia, uma vez que as culturas inferiores populares e locais, apropriadas pela etnografia, muitíssimas vezes têm alguma conexão, mais forte ou mais fraca, à etnia (no caso europeu, de sua análise principal, isso se aplicou várias vezes). O próprio nacionalismo, no cotidiano, aflora, segundo o próprio Gellner, por conta das pessoas sentirem que sua etnia determina seu tratamento nas relações sociais. Enquanto um fenômeno histórico, ele mesmo reconhece que o nacionalismo pode ser entendido como o momento em que a etnia começa a atuar como princípio político no mapa europeu²¹. Não deixemos de notar, também, como Gellner resume o nacionalismo enquanto princípio político em “Nações e Nacionalismo”:

Em suma, o nacionalismo é uma teoria da legitimidade política, que exige que as fronteiras étnicas não ultrapassem as fronteiras políticas e, em particular, que as fronteiras étnicas dentro de um determinado Estado - uma contingência já formalmente excluída pelo princípio em sua formulação geral - não separe os detentores do poder dos demais (Gellner, 1983, p. 01) (tradução nossa).

Ou seja, o nacionalismo dentro da teoria é princípio político que quer a união entre Estado e nação - sendo que o nacionalista se sente irado ou satisfeito a depender de se essa união é respeitada ou não -, com congruência das fronteiras de ambas. Mas o desenrolar da teoria nos mostra que a nação é muito mais étnica do que qualquer outra coisa, e que o processo de transformação da cultura inferior em superior resulta em transformar, também, uma etnia em superior - dessa vez no sentido valorativo -, como o símbolo da nação. Com isso, a opressão quanto a minorias étnicas do Estado nacional no âmbito interno se torna um fantasma sempre presente, embasada numa homogeneidade cultural que também é étnica, algo trazido por ele mesmo. Assim sendo, é possível entender que a nação e o nacionalismo para Gellner têm como característica essencial a etnia, mesmo que o autor sintasse-se relutante em afirmar categoricamente isso. Além disso, o fator “uma cultura, um Estado” é bastante claro ao mostrar que o Estado é da e para uma cultura específica, que deve ser homogênea, e que se deve abster de incluir em sua moradia os “não-nacionais”²².

Apesar de fracassados em larga escala, os irredentistas provocam uma faísca a ser propalada e, com o fim da Primeira Guerra Mundial, tudo muda: os nacionalistas conseguem em larga medida seus objetivos, varrem tudo à sua frente, os impérios caem, levando consigo seus princípios de legitimação religioso e dinástico, e seus escombros são retalhados e redefinidos em Estados nacionais menores e singulares. Temos, assim, o terceiro estágio: o Irredentismo Triunfal e Autodestrutivo, que dura até às vésperas da Segunda Guerra. A nova ordem que se forma é benéfica aos nacionalistas - pelo menos aos aliados dos vencedores -, as negociações de paz são legitimadas pelo

²¹ GELLNER, Ernest. *O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe*. Um mapa da questão nacional. Organização: Gopal Balakrishnan; introdução: Benedict Anderson; Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997, p. 121.

²² GELLNER, Ernest. *Nations and Nationalism*. Basil Blackwell Publisher Limited, 1ª ed, Oxford, 1983, p. 02

princípio de autodeterminação das nações. Isso resultou, então, que a glória de alguns foi a miséria de outros, mesmo que o mapa étnico-linguístico europeu à época fosse tão complexo que não houvesse solução ótima: redesenhar fronteiras iria inevitavelmente frustrar certas culturas. O que ocorreu na Europa, aliás, é um desafio permanente aos nacionalismos, dentro da teoria de Gellner: há potenciais nações demais para territórios limitados e inevitavelmente algumas serão frustradas, a questão é como lidar com isso (Gellner, 1983). Nesse sentido, “o nacionalismo não é um jogo de soma zero, mas de soma negativa” (Gellner, 1997, p. 136) e engana-se quem pensa que ele é uma força bem-sucedida; na verdade, a grande maioria deles fracassa.

O desenrolar prático demonstrou que não só essas unidades políticas menores eram logicamente mais fracas, mas que também não dispuseram da homogeneidade cultural que aos nacionalismos parecia lógica ao passo que lograssem seu objetivo maior: mostraram-se menos capazes à defesa e internamente instáveis, reproduzindo conflitos étnicos semelhantes aos que havia nos impérios, com minorias irredentistas²³ pressionadoras em seu interior. Portanto, o ideal de que seriam mais estáveis que os impérios, justamente por serem homogêneas, nem sequer se aplicou. Há um problema na lógica típica do Estado nacional e que ganha ampla realidade nesse estágio: ao se estabelecer como um agente e como uma expressão da nação, o Estado renegava, conseqüentemente, uma ideia de nacionalismo cívico²⁴, passando a não ser, portanto, o agente e expressão de uma totalidade de cidadãos, e sim de uma cultura definida. Esse foi um fator que fortaleceu a instabilidade interna não superada, e também fomentou diversas ações segregacionistas do Estado-nação frente minorias étnicas, que inevitavelmente iriam existir dada a complexidade do mapa étnico europeu no período em questão. Notamos, subjacentemente, outro elemento que a teoria gellneriana não deixa despercebido: quando Estados nacionais surgem e não basta apenas difundir a cultura superior por meio da educação universal, uma vez que não existe homogeneidade étnica e cultural internas, é preciso que o Estado lance mão de métodos que intencionalmente provoquem essa homogeneidade (Gellner, 1983). Aqui temos métodos de forçar uma homogeneidade cultural por meio de uma modificação cultural por assimilação da cultura superior (planejada ou não), de assassinato, de deportação, e de redesenho das fronteiras (Gellner, 1997). É bem verdade que esses métodos, e o autor admite, são comumente usados em diversas situações, não só nessa de um Estado recém-formado. Os nazistas, num estágio seguinte do nacionalismo, o *Nacht und Nebel*, fizeram-se valer de modo extensivo e sistematizado, em um grau nunca antes visto, dos métodos dois e três, assassinato e deportação. Na época do irredentismo, todavia, apesar de não terem sido ausentes (ora, tivemos a ação do Império Otomano contra

²³ A respeito dessas novas minorias irredentistas, Gellner relata que muitas vezes, essas eram compostas por membros do grupo étnico ou linguístico que anteriormente era dominante, sendo assim ressentidos, os quais que ao mesmo tempo “não precisavam reconstruir, ressuscitar ou inventar uma grandeza nacional passada: ela era, dolorosamente, uma recordação viva” (GELLNER, 1997, p. 127). A respeito da força do ressentimento do nacionalismo, ver Greenfeld (1998), Ferro (2009) e Scheler (1915).

²⁴ A professora Liah Greenfeld (1954-) notabilizou-se por aprofundar-se na teorização de que seria um nacionalismo cívico. Para mais, ver Greenfeld (1998).

armênios, assírios e greco-ortodoxos; e a Guerra Greco-Turca, famosa pela “troca de populações” entre turcos e gregos), os métodos mais estimulados para uma homogeneização forçada foram o primeiro e o último.

Diante disso, com Estados assim tão frágeis, a resistência de todos esses países foi ínfima e caiu facilmente - com exceção da finlandesa, que foi bem-sucedida - diante do avanço de nazistas e soviéticos, às vésperas e durante a Segunda Guerra. Era o começo do quarto estágio da transição, do desenvolvimento do nacionalismo, *Nacht und Nebel*, onde o conceito adquire uma virulência fortíssima e se alia à ideia de expansão inevitável. Sob sua justificativa, os métodos de homogeneização são usados em escala e sistematização nunca antes vista, a fim de limpar a Europa de culturas “sem concerto” e “intransplantáveis”, resultando num redesenho quase total do mapa étnico do leste europeu.

Assim sendo, o *Nacht und Nebel* é a fase do século XX em que o continente europeu abandona os métodos menos agressivos para garantir a homogeneidade: em escala aterradora, deportação forçada e assassinato foram utilizados durante a Segunda Guerra Mundial. Seus alvos foram populações minoritárias que, para o nacionalismo nazista - retomador das teses do nacionalismo romântico alemão²⁵ do século XVIII -, não faziam parte do plano de uma “nova Europa”. Essas minorias, portanto, eram vistas como permanentemente “sem lugar”, com algumas, todavia, podendo ser “purificadas” e “transplantadas” para outro lugar, e outras não; estas outras eram vistas como “sem lugar” em qualquer lugar que estivessem e impossíveis de serem assimiladas ou “transplantadas” - os judeus, notemos, eram os mais visados nesse sentido. Para essas minorias, portanto, a solução lógica era o massacre.

Ancorado nesse tipo de nacionalismo, os nazistas, espelhando os judeus e outras minorias “intransplantáveis” ao demasiado racionalismo, oportunismo, universalismo antagônicos da nação saudável, perpetraram seu programa. Mas nada disso foi acidental: seguiu-se um processo de convergência entre condições necessárias e acontecimentos históricos e a própria agenda do pensamento europeu²⁶. Portanto, o

²⁵ Gellner aponta a segunda fase do nacionalismo romântico alemão como a base do virulento nacionalismo nazista. Ali se encontra, pelo menos, a premissa de seus principais elementos, como o culto à beleza física, o corpo belo e esbelto tipicamente do camponês, e à disciplina; a valorização extremada da vida campestre, do saudável homem étnico campestre e cooperativo, da cultura camponesa, glorificada pelo trabalho braçal; a aversão à insalubre vida citadina de trabalho racional, manipulador e oportunista; a extrema valorização do sentimento em aversão à razão; o antiuniversalismo; a crença numa seleção natural, uma competição de mais “aptos” que levaria à beleza real - favorável, evidentemente, ao homem verdadeiro alemão, que era o camponês, e que era naturalmente mais apto à sobrevivência. Essa lógica, então, para eles, se transportaria à lógica das nações. Os nacionalistas românticos se enquadravam, em alguns poucos pontos, à natureza e lógica dos “agentes do despertar” típicos da terceira zona, mas a unificação alemã não se dá com base em seus ideais: é avessa à cultura campestre e os nacionalistas “de base” - ou seja, os ativistas, escritores, dentre tantos - são menos importantes que os estadistas, diplomatas e militares; a etnografia é irrelevante. Para ver mais a respeito do processo de formação e consolidação do nacionalismo romântico alemão, ver Gellner, 1997, 128-132.

²⁶ Gellner contrapõe-se à tese de Arendt (1951) de que a ideologia do nazismo teria sido uma descontinuidade do pensamento europeu.

nacionalismo na Europa ganhou uma faceta altamente destrutiva, numa intensidade jamais antes vista. Foi o nacionalismo, portanto, o ator de reordenação do mapa étnico por meios brutais.

O período que se inicia logo após o fim da II Guerra, findando o *Nacht und Nebel* e estabelecendo o último estágio - que pode ser nomeado como “diminuição do ímpeto nacionalista” -, traz consigo uma reavaliação de valores antigos e a eclosão de outros novos. O pós-guerra foi um período de crescimento econômico notável e sem precedentes, “a era de uma abundância generalizada ou, pelo menos, muito difundida” (Gellner, 1997, p. 132). A faceta industrial do consumismo derruba o nacionalismo que prevalecera na II Guerra Mundial, justamente em seu nível ideológico, que ligava a saúde e a prosperidade nacionais como dependentes da expansão territorial. Com a nova ordem mundial surgida dos escombros do conflito, pautada na industrialização, o consumismo penetrou mais fundo na alma do ser humano do que qualquer outro tipo de comercialização antes vista: notou-se, assim, que prosperidade e saúde nacionais não dependiam de expansão de territórios. Era o fim do “espaço vital” (*Lebensraum*). Mas restava outro nível do nacionalismo, este muito mais difícil de ser minado: o cotidiano.

Para Gellner, a real base do nacionalismo, a sua raiz, está nas interações cotidianas entre as pessoas, e não tanto em uma ideologia. O fato que leva um ser humano a ser nacionalista reside na crença de que sua natureza étnica é, em grande parte, determinante para o tratamento que lhe é socialmente atribuído em sua interação cotidiana²⁷. De fato, o industrialismo avançado não conseguiu eliminar, então, esse nível cotidiano, de sensação étnica cotidiana, mas reduziu seu impulso fortemente. Todavia, há dois fatores centrais para entender essa mudança, trazidos pelo industrialismo avançado: uma realidade de convergência cultural, que se adequa ao que Gellner chama de “tese da convergência”²⁸; e uma notável e ampla prosperidade econômica em todas as camadas sociais - as diferenças econômicas passam a ser a respeito de níveis de uma aceitável prosperidade, entre *níveis de prosperidade*, e não acerca de uma discrepância entre abundância e pobreza gritante.

O industrialismo avançado, emerso após a II Guerra Mundial, portanto, denota uma natureza social bastante distinta daquela quando ele era incipiente. As desigualdades e distâncias econômicas ainda existem - sendo às vezes muito grandes - mas são muito menores em relação ao que existia no primitivo. Acontece aqui que as categorias sociais se encontram em um nível relativamente alto, todas ancoradas em uma prosperidade mínima razoável, o que faz com que o impacto psicológico causado pela existência dos “muito mais ricos” seja muito menos importante. O bom nível

²⁷ GELLNER, Ernest. *O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe*. Um mapa da questão nacional. Organização: Gopal Balakrishnan; introdução: Benedict Anderson; Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997, p. 131-2.

²⁸ Para Gellner, essa tese relata que em nações que possuam uma base cultural suficientemente semelhante o industrialismo avançado tende a trazer consigo uma convergência cultural entre elas. A convergência significa, portanto, que as diferenças, como ele diz, se tornam “fonéticas” e não mais “semânticas”, o conjunto de “coisas” tem o mesmo sentido, conceitos e natureza, mudando apenas as palavras para expressá-las. Para ele, esse foi o caso de todas as nações europeias (ou de pelo menos sua vasta maioria). Para mais, ver Gellner, 1997, p. 133.

existente de qualidade de vida, portanto, faz com que os que menos possuem não se incomodem com a existência de pessoas muito mais abastadas que eles. Isso nos leva a perceber, conseqüentemente, que a intensidade do ressentimento, diferentemente do anterior, é bastante baixa nesse estágio. Um Estado nacional de industrialismo avançado está inserido já no modelo de sociedade industrial avançada.

Desse modo, temos que, no industrialismo avançado, fatores culturais ou étnicos não são o que tende a gerar pessoas extremamente desprivilegiadas, mas sim fatores médicos ou pessoais - como problemas de saúde graves ou isolamento, por exemplo -, fatores tais que não geram um nacionalismo²⁹. Todavia, Gellner admite que tal lógica não se aplica aos trabalhadores migrantes tardios, os quais tendem a ser desprivilegiados e culturalmente distintos, condições que levam à afloração de nacionalismo em ambos os lados (o desses trabalhadores e o dos que já estão inseridos no mundo do trabalho industrial avançado). É por isso, portanto, que o autor admite que o industrialismo avançado não minou completamente o nacionalismo.

Não deixemos de notar que ainda há uma cultura superior compartilhada e consistente, livre de contexto, baseada na educação universal, e que é a precondição da cidadania moral; mas, nesse estágio, ela não precisa mais gerar uma nacionalismo intenso, tal como necessitava na época em que os Estados nacionais estavam sendo consolidados. Levando isso e a realidade de que a cultura superior já é, numa sociedade nesse estágio, uma grande “moeda comum” interna - espreada e aceita com naturalidade como “a” cultura daquela sociedade - em consideração, o nacionalismo pode ser visto como algo da esfera privada, pode ser “domesticado”, tal como foi a religião³⁰. As etnias pessoais são, assim, deslocadas para a esfera privada e atribuídas como assunto apenas desta, algo sem importância para a vida pública. Com isso, pode-se admitir, ainda, - respeitando a condição da cultura superior “franca” -, numa sociedade de industrialismo avançado, que existam pessoas biculturais, que professam sua outra cultura em sua casa ou em áreas restritas e controladas³¹. Mas tudo isso é, para Gellner, uma espécie de fingimento, uma vez que o nacionalismo não é um princípio que possa ser atribuído como exclusivo da esfera privada, que possa assim se enquadrar quando há uma cultura superior amplamente internalizada, padronizada e espalhada. Isso, todavia, nos permite perceber que Gellner reconhece as sociedades atuais, dentro do bloco político-condicional da sociedade industrial avançada, como estruturas que permitem culturas, ou “subculturas”, em seu interior. Esta realidade, nos processos iniciais da criação e formação dos Estados nacionais (seja na terceira zona temporal ou não), era impensável, por desarticular a ideia de uma cultura superior que deveria ser propagada e homogeneizada pela população.

²⁹ GELLNER, Ernest. *O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe*. Um mapa da questão nacional. Organização: Gopal Balakrishnan; introdução: Benedict Anderson; Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997, p. 135.

³⁰ Ibidem.

³¹ Held e McGrew (2001) fornecem uma interessante espécie de avanço em relação a essa “biculturalidade” apenas lembrada por Gellner, ao relatarem no mundo atualmente globalizado é marcado pela possibilidade das nacionalidades serem múltiplas.

Esse tipo de sociedade mais culturalmente pluralizada traz novas preocupações ao imaginário popular. O apego ao simbolismo das fronteiras, tão essencialmente nacionalista, é menos importante: já não importa tanto para as sociedades em um industrialismo avançado que as fronteiras de seu país estejam desenhadas ali e não aqui, tampouco se elas foram conquistadas pelo suor e sangue de seus antepassados - talvez por isso, Gellner atribua que todos os tipos de arranjos federais ou provinciais são possíveis no industrialismo avançado. Para seu corpo social, importa mais que esses Estados nacionais tenham mecanismos políticos internos que possam garantir às categorias culturais uma distribuição mais ou menos equânime em relação à mobilidade e ao acesso às vantagens, que cada uma dessas categorias tenha sua base doméstica segura, que sua perpetuação seja garantida por mecanismos diversos (como sua própria universidade, museu e teatro nacionais, e assim por diante) (Gellner, 1997).

O que podemos resumir, portanto, é que o industrialismo avançado é a grande causa para o arrefecimento das sensações étnicas no dia a dia, ou, noutras palavras, do nacionalismo. Ao trazer consigo aumento da riqueza e prosperidade, aliado a uma realidade de convergência cultural, ele retira da realidade a necessidade das expressões étnicas afloradas. Fatores culturais ou étnicos não mais tendem, inclusive, a gerar pessoas amplamente desprivilegiadas, e sim outras razões, as quais não geram nacionalismo. A cultura superior ainda reside e impera, nos seus pormenores, mas igualmente não precisa gerar um nacionalismo aflorado. Uma vez que essa já é bastante estável e internalizada socialmente, é possível permitir que o nacionalismo seja taxado de assunto privado, e, ainda, que nesse âmbito particular as pessoas pratiquem outras culturas. As sociedades, no industrialismo avançado, tendem mais a um multiculturalismo, a arranjos federais ou provinciais bastante flexíveis, e a uma menor importância do simbolismo das fronteiras políticas.

Podemos concluir, portanto, que a teoria de Gellner é, acima de tudo, uma teoria de tendências, de identificação de padrões. José Merquior tem razão ao colocar Gellner principalmente como um grande estudioso da transição entre os grandes blocos sociais, tendo como preocupação central de obra identificar a identidade cultural - e defini-la o melhor possível - das épocas das sociedades inseridas na transição (Merquior, 1981). Gellner não se sente confortavelmente disposto a fechar questão a respeito de padrões sociais, preferindo deixar uma margem para o imprevisto. Talvez o faça para não incorrer no mesmo erro da corrente histórica que busca refutar; ou, até mesmo, do próprio do nacionalismo, tal como definido por ele. Sua teoria de nacionalismo e nação se pretende universal, a explicar o máximo que pode a maneira como o nacionalismo se comporta no globo. Todavia, ela, ele mesmo admite³², não dá conta de explicar de forma total a própria Europa, seu objeto primeiro. O processo de formação do Estado nacional se deu por lógicas diferentes em certas zonas europeias, assim como o nacionalismo não se comportou da mesma forma que sua teoria estabelece, e existiram

³² GELLNER, Ernest. *O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe*. Um mapa da questão nacional. Organização: Gopal Balakrishnan; introdução: Benedict Anderson; Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997, p. 136.

unidades culturalmente homogêneas, semelhantes ideia à nação moderna, antes mesmo do nacionalismo.

No que ele denominou, por exemplo, como “primeira zona temporal”, área correspondente ao extremo oeste europeu banhado pelo Atlântico - ou seja, França, Portugal, Espanha e Inglaterra -, os reinos centralizados pré-modernos - existentes pelo menos desde o início da era moderna - expandiram sua cultura superior ligada à instituição contra a cultura camponesa considerada repugnante e eliminável e provocaram uma espécie de homogeneidade cultural - mesmo que nunca completa - anterior à “Era do Nacionalismo”. Todavia, se em locais como na primeira zona não havia o nacionalismo, qual era a ideologia para a expansão e homogeneização cultural? Esta é uma pergunta que Gellner não responde diretamente, mas deixa, de certa forma, implícito: algo como uma sensação de civilizar a barbárie, dada que há superioridade cultural natural da instituição no poder e que deve ser algo de todos. Esses seriam os fatores ideológicos para legitimar a expansão, mas haveria outros interesses por trás? O mais próximo que Gellner chega de responder isso é algo no sentido implícito de expansão dos domínios das dinastias. Já na “segunda zona”, das unificações alemã e italiana, igualmente a etnografia não se aplicou e o Estado nacional surgiu d’outra forma: a partir de esforços militares, com uma cultura superior previamente adotada³³ e contra as culturas camponesas. De modo simples, para os nacionalistas unionistas a agenda era unificar e assentar o Estado e, depois, já unificados, preocupar-se em difundir a cultura superior, a sua própria - que já existia e não fora fruto de uma etnografia e normatização feita por eles próprios. Na quarta zona, correspondente ao que foi Império Russo, o nacionalismo não pretendia abolir o Estado ou refundá-lo, tampouco destruir a identidade cultural nacional já bem estabelecida em torno de uma Igreja nacional; mas sim redefinir a identidade cultural do que era ser russo, pelas mãos de um populismo eslavófilo ancorado em etnográfica do povo eslavo rural. O nacionalismo, portanto, se comportou como uma espécie de “mescla” de elementos da primeira e terceira zonas, e batia de frente com a cultura ocidentalizada da corte. Esse nacionalismo, todavia, quando da ascensão soviética, mudou de percepção. Não menos importante, temos igualmente o caso dos nacionalismos de diáspora³⁴.

³³ No caso alemão, de acordo com Gellner, já havia uma língua alemã padronizada e normatizada desde as expedições teutônicas para a Europa Oriental, ou, pelo menos, desde a Reforma. Essa foi consolidada por um movimento literário, o romantismo populista, mais ou menos na passagem do século XVIII para o XIX. Na Península Itálica, por sua vez, já existia uma língua literária normativa e padronizada - o italiano - desde a Idade Média, ou, pelo menos, desde o início do Renascimento (fosse ou não usada apenas por uma minoria à época do *Risorgimento*) (GELLNER, 1997, p. 137). Eric Hobsbawm (2013) defende que uma pequeníssima parcela da população da Península itálica falava um italiano correto, às épocas do *Risorgimento*.

³⁴ O contexto referido denota uma realidade de culturas em coexistência, onde uma está ligada ao poder político, e outra, minoritária, por sua vez, está ligada a um tipo de educação que permite a atividade econômica moderna e burocrática, onde a segunda leva vantagem por entender melhor a modernização, seja por conta dessa atividade econômica, seja por outras, como vivência urbana e valorização da alfabetização e aprendizagem. Esse tipo de situação foi e é comum em sociedades tradicionais, segundo Gellner, onde o soberano vê como vantajosa a proeminência comercial dessa minoria politicamente inferior, por ser menos perigosa em suas mãos do que na de homens com poderes iguais aos seus. Mas numa situação de sociedade

Todavia, para Gellner, mesmo com estas particularidades teóricas, os casos das zonas temporais não representam uma insuficiência teórica de seu modelo. Segundo ele, mesmo que o Estado nacional tenha se formado, em outros lugares, numa trajetória diferente, o padrão de geral que eles assumem, uma vez consolidados, é exatamente tal como ele desenhou: as fronteiras culturais e políticas são as mesmas, cada cultura tem e deve ter sua própria cobertura política, um Estado protetor, legítimo pela proteção e garantia dessa cultura, tal como pelo crescimento econômico contínuo. Quanto ao nacionalismo, mesmo que este não tenha tido a mesma natureza e comportamento como delineado teoricamente, isto não exclui um processo de criação e fabricação contínuo de elementos nacionais. Como ele afirma, “a teoria requer apenas que o conceito seja aplicável em bastantes casos sem apresentar muita dissidência, para que as pessoas possam identificar as culturas e seus portadores” (Gellner, 1981, p. 91-2). Nesse caso, ele afirma, categoricamente, que ela explica a esmagadora maioria dos movimentos nacionais modernos³⁵.

É legítimo atribuímos que a tese de Gellner vincula certa faceta oportunista, instrumentalista, ao nacionalismo: como um movimento que surge para cooptação das massas no intuito de consolidar novas elites no poder, os agentes que a despertarem. O fato do autor não clarificar os interesses particulares por traz das intenções dos agentes do despertar³⁶, apenas estabelecer que sua justificativa legitimadora é o fato o mundo é virulentamente competitivo e que não permite nações sem coberturas políticas, fortalece ainda mais a interpretação de que os nacionalistas têm interesses próprios e usam da massa paupérrima como ponte para alcança-los e que, por meio dela, conseguem ascender ao posto de nova elite governante da unidade política e nacional recém-criada. Indiretamente, estabelece os nacionalistas como buscadores de poder. Esse é um fator que não passou despercebido pelos estudiosos do nacionalismo e da nação³⁷. Benedict Anderson, por exemplo, considera que Gellner é um autor que previamente quer comprovar que a natureza do nacionalismo se mascara sob falsas pretensões, e isto o afasta da verdadeira realidade, a de que o processo não passa por uma falsidade e fabricação; ele é um processo muito mais orgânico, de imaginação e

moderna, onde a população se torna móvel e todos passam a concorrer economicamente, essa proeminência econômica gera enorme inveja e o Estado não mais tem os incentivos para proteger essa minoria. Esse tipo de nacionalismo, todavia, não se desaplica à teoria do autor pois segundo ele, fatalmente, essas culturas só tem duas alternativas: incorporar-se à dominante ou lograr seu próprio Estado (GELLNER, 1981, p. 97).

³⁵ GELLNER, Ernest. *Thought and Change*. The University of Chicago Press, Chicago, 1965, p. 173.

³⁶ O autor deixa implícito que estes agentes guiam-se pela vontade de pertencer a níveis sociais mais altos, mas não o conseguem, e usam do nacionalismo como resposta ou como meio de alcança-los. Mas uma vez que a massa desprivilegiada está ligada ao nacionalismo, já não é tão interessante fazer essa passagem de classe, porque eles lograrão poder se a nação se separar. Como ele mesmo diz, “para os intelectuais, independência significa uma imediata e enorme vantagem: empregos, e empregos muito bons” (tradução nossa) (GELLNER, 1965, p. 167).

³⁷ NASCIMENTO, Paulo César. *Dilemas do Nacionalismo*. BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, São Paulo, v. 56, 2003, p. 37

criação³⁸. Para Anderson, Gellner sugere que, na realidade, existem, sim, comunidades verdadeiras que são melhores que as nações, justamente por não passarem por este processo de fabricação e falsidade. Porém, para ele, “comunidades se distinguem não por sua falsidade/autenticidade, mas pelo estilo em que são imaginadas” (Anderson, 2013, p. 33).

A faceta instrumentalista do nacionalismo de Gellner pode ser entendida implicitamente em sua própria interpretação quanto à flexibilidade do nacionalismo nos países da terceira zona que não foram subjugados pelo Exército Vermelho após 1945: nesses territórios o nacionalismo foi o único valor onipresente, mesclando-se ao longo do tempo com pinceladas políticas de fascismo, populismo, democracia, dentre outros. Ou seja, formam-se grandes híbridos ideológicos, dificilmente definíveis, e que se mostraram, por isso, mais duradouros e bem-sucedidos que o marxismo soviético. A Turquia kemalista é um exemplo bastante cristalino dessa realidade³⁹. Assim sendo, tal lógica permite, também, enxergar o nacionalismo não como a base para as outras ideologias e modelos políticos, mas como um aparelho instrumental bastante interessante para provocação de uma congregação social almejada por regimes de orientações diferentes. Ademais, a existência de uma corrente instrumentalista dentro da escola moderna de teoria nacional, a qual eleva o nacionalismo a um nível extremado de manipulação das massas por parte de elites com interesses próprios⁴⁰, parece um ser um desenrolar mais radical do instrumentalismo subjacente na teoria de Gellner. Aliás, esses mesmos instrumentalistas advogam que a movimentação nacionalista de comunidades é facilitada toda vez que diferenças étnicas ou religiosas casam ou com disputas territoriais ou com desigualdades econômicas e sociais⁴¹. Ora, tal raciocínio é fortemente semelhante às condições prévias, estabelecidas por Gellner, para que o nacionalismo possa lograr seu objetivo de destruir a estrutura e redesenhar fronteiras.

A teoria de Gellner pode também ser entendida como demasiadamente reducionista do papel do nacionalismo, apontando para ele uma missão exclusivamente secessionista. Esse é um fato que também não passou despercebido pelos estudos teóricos de nacionalismo, os quais apontam vários casos de manifestações nacionalistas que não necessariamente buscam um Estado independente para ser sua cobertura política, mas formas variadas de maior autonomia política⁴². Além disso, tendem a criticá-lo quanto à sua dificuldade de ver manifestações nacionalistas em Estados nacionais há muito formados guiadas por motivos e fatores complexos. Nesse sentido,

³⁸ ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*; tradução: Denise Bottman, 4ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 33.

³⁹ GELLNER, Ernest. *O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe*. Um mapa da questão nacional. Organização: Gopal Balakrishnan; introdução: Benedict Anderson; Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997, p. 153-4.

⁴⁰ NASCIMENTO, Paulo César. *Dilemas do Nacionalismo*. BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, São Paulo, v. 56, 2003, p. 37

⁴¹ Ibidem.

⁴² NASCIMENTO, Paulo César. *Dilemas do Nacionalismo*. BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, São Paulo, v. 56, 2003, p. 34

porém, acreditamos que Gellner pode possuir algum escape teórico, ao enfatizar que o nacionalismo não é um fato minado pelo industrialismo avançado e que pode se recrudescer a depender da situação - ele nomeia uma principal, mas não atribui que seja a causa única de manifestação. Todavia, isso não quer dizer que ele consiga escapar desse impasse teórico ou explica-lo devidamente: de fato as manifestações nacionalistas atuais ocorrendo dentro de Estados nacionais parecem obedecer a fatores mais complexos, os quais a teoria de Gellner não suficientemente dá conta ou não considera.

Ademais, acreditamos que a teoria de Gellner, ao fortemente vincular o nacionalismo à etnia pode também dificultar a compreensão de realidades mais diversas de seu papel político e a da própria natureza do que seria a nação. O problema de Gellner está em definir uma cultura superior como definidora da nação e, ao assim fazê-lo, essa se confunde cada vez mais com uma etnia específica. Estudos comparativos mostram a dificuldade de definir a nação em uma característica essencial⁴³, em elementos quantitativos, e a etnia é um desses. A nação não é um termo que possa ser regularmente esboçada em torno de algumas características básicas, como etnia ou língua, por exemplo; mesmo apesar de que, hoje em dia, até os Estados nacionais mais cívicos, por assim dizer, adotarem “pinceladas” étnicas em suas leis quanto à cidadania⁴⁴. A vinculação étnica de Gellner pode até ser suficiente para alguns discursos de autodeterminação, mas, ao mesmo tempo, parte do corpo de Estados nacionais pode não receber com muita benevolência novas nações tão fortemente vinculadas à ideia étnica como ele estabelece, que não devam aceitar não-nacionais como princípio. Nesse sentido, autores como Benedict Anderson e Ernest Renan, parecem dar maior conta desse recado, ao apostarem mais na “autoconsciência” e sentimentos fraternais como características definidoras da nação.

Referências Bibliográficas:

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*; 4ª reimpressão, tradução: Denise Bottman, São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ARENDT, Hannah. *The Origins of Totalitarianism*, Nova York, 1951.

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. *O Nacionalismo: Variações acerca de um velho tema; em debate com Ernest Gellner. Gellner na UnB: conferências, comentários e debates de um simpósio internacional realizado de 17 a 20 de março de 1980*. Brasília, Ed. UnB, 1981.

FERRO, Marc. *O ressentimento na história*. Tradução: André Telles, Rio de Janeiro, Ed. Agir, 2009

⁴³ NASCIMENTO, Paulo César. *Dilemas do Nacionalismo*. BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, São Paulo, v. 56, 2003, p. 39.

⁴⁴ Ibidem, p. 44.

- GELLNER, Ernest. Nations and Nationalism. Oxford: Basil Blackwell Publisher Limited, 1983.
- GELLNER, Ernest. Thought and Change. Chicago: The University of Chicago Press, 1965.
- GELLNER, Ernest. “O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe”, em BALAKRISHNAN, Gopal. Um mapa da questão nacional. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- GELLNER, Ernest. Nacionalismo e Democracia. Tradução de Vamireh Chacon e outros. Brasília, Ed. UnB, 1981.
- GELLNER, Ernest. Perguntas e Respostas. Gellner na UnB: conferências, comentários e debates de um simpósio internacional realizado de 17 a 20 de março de 1980. Brasília, Ed. UnB, 1981.
- GREENFELD, Liah. Nacionalismo: Cinco Caminhos para a Modernidade. Tradução: João Anapaz Álvares. Sintra: Publicações Europa-América Lda, 1998.
- HELD, David; MCGREW, Anthony. Os prós e contras da globalização. Tradução: Vera Ribeiro, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2001.
- HOBBSBAWM, Eric. Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade. 6^a ed, tradução: Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. São Paulo: Paz e Terra, 2013.
- HROCH, Miroslav. Social Preconditions of National Revival in Europe, Cambridge, 1985.
- MERQUIOR, José Guilherme. Ernest Gellner e as Liberalizações Políticas. Gellner na UnB: conferências, comentários e debates de um simpósio internacional realizado de 17 a 20 de março de 1980. Brasília, Ed. UnB, 1981.
- NASCIMENTO, Paulo César. “Dilemas do Nacionalismo”. BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, São Paulo, v. 56, p. 33-53, 2003.
- RENAN, Ernest. “Que é uma Nação?”. São Paulo, Plural; Sociologia, USP, 4: 154-175, 1.sem, 1997
- SCHELER, Max. Ressentiment. Tradução: Louis A. Coser, 1915. Disponível em: <https://mercaba.org/SANLUIS/Filosofia/autores/Contempor%C3%A1nea/Scheller/Ressentiment.pdf>
- SMITH, Anthony D. The Ethnic Origins of Nations. Oxford: Blackwell Publishing, 1986.



Recebido em abril de 2019

Aceito para publicação em maio de 2019